

## **SOCIOLINGUÍSTICA: DOS PRIMÓRDIOS A APLICAÇÃO EDUCACIONAL**

Claudemir da Silva Paula<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

### **Introdução**

A complexidade do fenômeno lingüístico vem, há muito, desafiando a compreensão dos estudiosos (PETTER, 2005, p. 11). A história ocidental está marcada por vários momentos e maneiras diversas pelas quais se visualizaram as questões relativas à Linguagem. De Platão (427 - 347 a. C) a Santo Agostinho (354 a 430), dos Estóicos (Séc. III a. C.) a Condillac (1715-1780), de Leibniz (1646 a 1716) a Wittgenstein (1889 a 1951) houve sempre pensadores para quem a linguagem constituiu tema de reflexão específica - filosófica, cognitiva, sociológica, lógica, biológica, comparativa – sendo, em tudo, fonte de perplexidades, elaborações de teorias e, sobretudo, enigmas.

### **Estudos da Linguagem: breve histórico**

As teorias da linguagem, do passado ou atuais, segundo Alkmin (2003), refletem, ao mesmo tempo, as particularidades das concepções do fenômeno lingüístico e as compreensões distintas do papel deste na vida social. “Mais concretamente, cada época, as teorias lingüísticas definem, a seu modo, a natureza e as características relevantes do fenômeno lingüístico. E, evidentemente, a maneira de descrevê-lo e analisá-lo” (ALKMIN, 2003, p.22).

Na Idade Média, nos diz Bizzocchi (2000), só o grego e o latim, consideradas línguas de civilização, eram usados em textos cultos: obras jurídicas, de filosofia, de ciência etc. Restavam às línguas vulgares; português, francês, inglês entre outras, a poesia, a prosa literária e o teatro. Não é, portanto, de se admirar que o latim, motivado pelas condições religiosas do

---

<sup>1</sup> Professor Assistente da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena, Mestre em Ciências da Linguagem, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolingüísticas.

momento, é, na Idade Média, considerada língua universal, por ser esta a língua usada pelo ‘representante de Deus’: a Igreja Católica. Os aspectos teológicos irão desencadear o desenvolvimento de importantes reflexões sobre a linguagem, especialmente, em relação ao problema da adoração das imagens (a questão era: é lícito adorar imagens?). Para Bizzocchi (2000), São Tomás, ao propor que adorar imagens de Deus e dos santos enquanto objetos em si, é um pecado, mas se estas são vistas como representações (signos) da divindade, então não é pecado, – pois a adoração é dirigida não à imagem, mas à divindade representada –, estabeleceu, de certa forma, a concepção metonímica de signo: “o signo é a parte menor, material e visível, de uma realidade maior, imaterial e invisível”. (BIZZOCCHI, 2000, p. 41).

Ainda na Idade Média, de acordo com Lyons (1981), os filósofos escolásticos, assim como os estóicos, viam a linguagem como um instrumento para analisar a realidade. Era, então, a questão do significado, a mais estudada. Devido a essa grande importância dada ao significado, surgiram, segundo Lyons (1981), várias obras com o título *Modis Significandi*. Por isso, muitos gramáticos do período são chamados *modistae* (modistas). Esses gramáticos tentaram relacionar as categorias gramaticais às categorias da lógica, da epistemologia ou da metafísica; ou tentaram fazer com que essas categorias derivassem dos mesmos princípios gerais. “Os modistas consideraram que a estrutura gramatical das línguas é una e universal, e que, em consequência, as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam” (PETTER 2005, p.12).

No Século XVI, sobretudo após a invenção da imprensa, dois importantes eventos históricos marcaram, de forma decisiva, os estudos da linguagem: a criação dos Estados Nacionais – Portugal, Espanha, França, Itália – e a Reforma Protestante. A criação dos Estados Nacionais determina a transformação das línguas ditas vulgares – português, espanhol, francês, italiano – em línguas de caráter nacional e idiomas de cultura. Isso, conforme Bizzocchi (2000), tornou necessário padronizar sua ortografia e definir sua gramática, para conter a evolução e a inovação livre dos dialetos. Gnerre

(1994) mostra que o esforço de constituição de um sistema de escrita para as variedades valorizadas, sócio-cultural e politicamente no final da Idade Média, na Europa, fazia parte de uma tentativa de constituição de nações a partir da legitimação daquilo que viriam posteriormente a ser *línguas nacionais*. Especificamente em Portugal, surgem a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536) e a *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1540). Fernão (1536) se utiliza dos elementos da gramática latina, debruçando-se sobre a normatização da ortografia e os estudos do léxico, reproduzindo preocupações lingüísticas da época.

Não nos parece errôneo, portando, acreditar que a *gramatização* das línguas, até então tidas como vulgares, possibilitou a dominação de povos nas colônias, a partir do Renascimento. De acordo com Auroux (1992 apud Mendonça, 2006, p. 95) essa *instrumentação* lingüística, “mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as novas outras culturas do planeta” e também exerceu papel importante na construção de uma unidade para as línguas, ou seja, construção da imagem de um todo homogêneo que é independentemente do espaço, do tempo e dos falantes e, por conseqüência, atribuiu às demais línguas, e, a seus respectivos falantes, conceitos de inferioridade, ao mesmo tempo que fazia da língua um mecanismo de distinção social. A Reforma Religiosa, por conseqüência, provocou a tradução dos livros sagrados, permitindo estudos de numerosas línguas até então desconhecidas, com descobertas que fugiam ao padrão do grego e do latim, sem que isso significasse valorização dos povos que as utilizavam.

Atribui-se aos pensadores gregos o estabelecimento da gramática normativa e, por conseqüência, a noção de erro que hoje se tem como verdade no mundo ocidental. Conforme Bagno (2006), as intuições filosóficas que sustentam a Gramática Tradicional foram concebidas filosoficamente e estão presentes até hoje na nomenclatura gramatical e nas definições que aparecem ali. Nas palavras do autor:

Data desse período o surgimento daquilo que hoje se chama, nos estudos lingüísticos, de Gramática Tradicional - um conjunto de noções acerca da língua e da linguagem que representou o início dos estudos lingüísticos no Ocidente. Sendo uma abordagem não-científica, nos termos modernos de ciência, a Gramática Tradicional combinava intuições filosóficas e preconceitos sociais. (BAGNO, 2006, p. 23)

No século XVIII, segundo Câmara Jr. (1975), a mais importante corrente de estudos a respeito da linguagem foi o esforço de comparar as línguas e classificá-las de acordo com suas semelhanças. Essa corrente foi impulsionada pela redescoberta do Sânscrito, por Sir William Jones, e defendia que as semelhanças entre a língua hindu, o grego e o latim não poderiam ser atribuídas ao acaso, mas deveriam ser entendidas como resultado de uma origem comum. Da mesma forma, o estudo da etimologia ganhou uma visão histórica diferente daquela da Antigüidade, em que se buscava o sentido *verdadeiro* e *original* das palavras. Essa nova abordagem de estudos sobre a linguagem teve, na visão de Faraco (2004), uma importância singular para a configuração da Lingüística como ciência na modernidade.

A Lingüística se constituiu como ciência no sentido que a modernidade deu ao termo, a partir dos últimos anos do século XVIII, quando William Jones [1746-1794], o juiz inglês..., entrou em contacto com o sânscrito. Impressionado com as semelhanças entre essa língua, o grego e o latim, levantou a hipótese de que semelhanças de tal magnitude não poderiam ser atribuídas ao acaso; era forçoso reconhecer que essas três línguas tinham uma origem comum. (...) Há, na seqüência, uma verdadeira febre de estudos sânscritos: ... Fundou-se em Paris, em 1795, a Escola de Estudos Orientais ... Onde estudaram os intelectuais alemães – Friedrich Schlegel (1772-1829) e, em particular, Franz Bopp (1791-1867 – que desenvolveram, em seguida, a chamada gramática comparativa. (FARACO, 2004, p. 29)

É inegável a contribuição do método histórico-comparativo para as investigações Lingüísticas, porém, a consolidação da Lingüística como ciência se deu a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure e da publicação da obra *Cours de Linguistique Générale* (Curso de Lingüística Geral), em 1916. Esta obra foi escrita a partir das anotações dos alunos em três cursos ministrados por Saussure, Charles Bally e Albert Sechehaye, três anos após sua morte. No

Curso de Lingüística Geral (1916), Saussure afirmou que a linguagem verbal (oral e escrita), por ser multiforme e heteróclita, não poderia ser objeto da Lingüística por envolver muitas variáveis: de natureza psíquica - associação entre imagem acústica e conceito- fisiológica - transmissão pelo cérebro de impulso correspondente ao significante para o aparelho fonador - e física- propagação das ondas sonoras. Assim, postulava que a linguagem possui, sim, uma parte social, isto é, a língua que é compartilhada, e uma parte individual, a fala, singular a cada indivíduo e a cada ato. Conforme Bizzocchi (2000) nascem daí outras importantes dicotomias. Em primeiro lugar, Saussure opõe língua e fala. A língua seria o conjunto abstrato e socialmente partilhado de signos e de regras combinatórias que permite produzir os atos de fala. A fala seria cada produção concreta feita por quem usa a língua. Para Saussure (1916) somente a língua como estrutura poderia ser objeto de estudos. A constatação de que a língua é uma estrutura passa a ser a base do estruturalismo.

Com os trabalhos de *Saussure*, com os quais concordamos, a Lingüística passa a ter autonomia, deixando de submeter-se às exigências epistemológicas de outras áreas de estudos, sendo considerada como estudo científico, com um objeto próprio de investigação: a língua, considerada em si mesma, e por si mesma: produto social depositado no cérebro de cada um.

As bases epistemológicas do Estruturalismo, dada a sua importância no contexto científico da época, fizeram da Lingüística uma ciência piloto ao longo dos anos de 1950 e 1960. Conforme Ribeiro (2004) os princípios teóricos metodológicos do Estruturalismo orientou os passos das ciências sociais como um todo e constitui a base unificadora do Movimento Estruturalista que se expandiu na Europa, nesse período, com um êxito sem precedentes. A Filosofia (Merleau-Ponty), a Antropologia (Lévi-Strauss) e a Psicanálise (Jacques Lacan) foram algumas das disciplinas que logo assimilaram o seu programa e o seu método. “No interior da própria Lingüística, a perspectiva foi desenvolvida principalmente por Louis Hjelmslev, que por sua vez teria uma influência direta na obra de Roland Barthes” (RIBEIRO, 2004, p. 82). Essa vertente se caracterizaria como não funcionalista, afetando diretamente a

questão do significado, em estudos posteriores. Ainda ligada a questão saussureana, dois outros estudiosos, Martinet e Jakobson, numa vertente conhecida como funcionalista, serão responsáveis pelos estudos que considerava a linguagem como instrumento de comunicação.

Concomitante a expansão do Estruturalismo, nos anos 1950, a Lingüística, bem como outras áreas, em especial a Filosofia e a Psicologia, passaram a receber a influência de uma corrente linguística denominada Gerativismo, formulada a partir da teoria geral da linguagem concebida por Noam Chomsky. Para este contemporâneo intelectual a tarefa básica da Lingüística seria criar a chamada “gramática universal”, um modelo dos mecanismos estruturais para a aquisição da linguagem, inato aos falantes de uma língua. No tocante à diacronia, nos esclarece Fonseca (2003) a Lingüística Gerativa teve dois momentos distintos a saber:

Inicialmente via a gramática como conjunto de regras e as mudanças como processos que alteravam as regras da gramática, eliminando algumas, introduzindo novas ou ainda, reordenando sua aplicação. Posteriormente, em fins da década de 70, passou a adotar um modelo de gramática que opera com base em alguns princípios gerais, buscando justificar e não mais derivar sentenças da língua, encarando a gramática universal como um conjunto de parâmetros variáveis e retomando a abordagem tipológica das línguas humanas. Com essas alterações teóricas, a mudança Lingüística passou a ser entendida como correlacionada com alterações na fixação de parâmetros, isto é, a mudança encarada como direcionada por forças internas à língua. (FONSECA, 2003, p. 29)

Mesmo com todos os avanços alcançados pelo Estruturalismo e a popularidade do Gerativismo, a relação entre língua, sociedade e cultura, admitida como algo inequívoco em outras áreas das ciências humanas, em especial na antropologia, ainda era, para os lingüistas da década de 1960, uma questão que carecia de métodos para proceder a uma investigação consistente. Assim, uma abordagem que levasse em consideração o campo social do fenômeno lingüístico exigia que fosse admitida uma base epistemológica que levasse em consideração não só a língua no seu contexto de uso, mas como um fato social. Isto é, linguagem, cultura e sociedade ligadas entre si de modo indissociável. Nesse sentido, por mais que a

linguagem fosse um fenômeno de caráter social, estudá-la como tal exigiu que essa relação fosse concebida como um objeto de estudo.

As inquietações sobre o estudo da relação indissociável entre língua, cultura e sociedade irão motivar uma nova base epistemológica de estudos lingüísticos e uma nova concepção de língua(agem), que se consolidou numa vertente da Lingüística denominada Sociolingüística. Segundo Alkmim (2003), inicialmente, a questão social no campo dos estudos lingüísticos foi objeto de reflexão para vários autores do século XX, que deram continuidade aos trabalhos iniciados por F. Boas (1911) e seus discípulos mais conhecidos: Sapir (1921) e Whorf (1941), cujos estudos situavam-se na área da chamada Antropologia Lingüística. Estes pesquisadores buscavam, através de suas pesquisas, articular a linguagem com os aspectos de ordem social e cultural.

Não obstante, para a solidificação dos estudos das relações entre linguagem e sociedade, não podemos deixar de fazer referência a outros pensadores, que, de acordo com Alkmim (2003), são referências obrigatórias quando o assunto é a questão social no campo dos estudos lingüísticos.

Para Meillet (1977), nos diz Alkmim (2003), a história das línguas é inseparável da história da cultura e da sociedade.

Ora, a linguagem é, eminentemente, um fato social. Tem-se, frequentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular. Esta é uma constatação óbvia, mas sem força, como a maior parte das proposições evidentes. Pois, se a realidade de uma língua não é algo de substancial, isto não significa que não seja real. Esta realidade é, ao mesmo tempo, linguística e social.(MEILLET, 1976, p. 16 apud ALKMIM, 2003, p. 24)

Bakhtin (1995), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, defende a idéia de que nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se, na verdade, parte da unidade da consciência verbalmente constituída. “A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” afirmava Bakhtin (1995, p.38). As proposições bakhtinianas dão uma dimensão social para a

compreensão do signo, mostrando que no signo lingüístico há um signo social e ideológico. Desta forma, o texto oral ou escrito, nunca está pronto, acabado, mas se constitui uma entidade em processo de construção condicionado e determinado nas relações sociais, por meio de elementos lingüísticos, por fatores sociais, políticos, culturais e históricos. Bakhtin (1995) considera a língua como entidade heterogênea, variável, dinâmica, constituída histórica e socialmente na interação dos indivíduos.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial. (BAKHTIN, 1995, p.95)

Bakhtin (1995) advoga, desta forma, que a língua é um fenômeno inserido no âmbito social e, portanto, trata das relações sociais, ou melhor, das interações do homem com o mundo que o cerca. Ao conceituar a língua como instrumento de interação social Bakhtin (1995) não só deixa de lado o conceito de língua como um sistema neutro, mas passa a ver a língua como o lugar privilegiado de manifestações enunciativas, e, sobretudo, mostra como a linguagem apresenta um componente básico das relações sociais: o conflito entre ideologias distintas, o que revela também uma certa concepção de sociedade.

No plano geral dos estudos da relação entre linguagem e sociedade, Alkmim (2003) cita dois estudiosos: Cohen e Benveniste. Segundo Alkmim (2003), na concepção de Cohen os fenômenos lingüísticos ocorrem no contexto variável dos acontecimentos sociais; desse modo, percebe as relações entre linguagem e sociedade a partir da consideração de fatores externos. O estudo das relações entre as divisões sociais e as variedades da linguagem, de acordo com Alkmim (2003), permite abordar temas como, por exemplo, as variedades regionais, de classes sociais e a linguagem de grupos segregados. Já para Benveniste (ALKMIM, 2003, p. 26), a questão da relação entre língua e sociedade se resolve pela consideração da língua como instrumento da sociedade.



Para ele, a língua permite que o homem se situe na natureza e na sociedade; o homem *"se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou classe da produção"*. Em consequência, a língua, sendo uma prática humana, *"revela o uso particular que grupos ou classes de homens fazem [dela] (...) e as diferenciações que daí resultam no interior de uma língua comum"* (ALKMIM, 2003, p. 27)

## A Sociolinguística Moderna

A Sociolingüística Moderna, segundo Calvet (2002), vai essencialmente manifestar-se nas publicações de Bernstein (1958), especialista inglês em sociologia da educação, pois é o primeiro a levar em consideração, ao mesmo tempo, as produções lingüísticas reais e a situação sociológica dos falantes. Mesmo as teses de Bernstein (1958) tendo significado uma virada na história da Lingüística, é o encontro de maio de 1964, realizado em Los Angeles, por iniciativa de Willian Bright, que marca, com efeito, o nascimento da Sociolingüística (CALVET, 2002, p. 28, ALKMIM, 2003, p. 28). Nesse encontro, apresentaram comunicação, dentre outros, John Gumperz, William Labov, Dell Hyemes, Charles Ferguson e Paul Friedrich. Em 1966 são publicados os trabalhos apresentados no referido congresso com o título de *Sociolinguistics*, que trouxe como texto primeiro os pressupostos teóricos da nova vertente dos estudos lingüísticos: as dimensões da Sociolingüística. Neste texto, Bright (1974, p. 17-18) define a tarefa da Sociolingüística, afirmando que sua função seria a de *"(...) demonstrar a co-variação sistemática das variações lingüística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra"*. Ou seja, *"uma das maiores tarefas da Sociolingüística é mostrar que a variação não é livre, mas que é correlata às diferenças"* (BRIGHT, 1974, p. 18):

Apesar de derivarem muito de sua abordagem da Lingüística estrutural, os sociolinguistas rompem incisivamente com uma tendência Lingüística: a de tratar as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura; sob este ponto de vista, que vem sendo reconhecido atualmente como pernicioso, as diferenças encontradas nos hábitos

de fala de uma comunidade eram encobertas como “variação livre”.(...) Neste aspecto e em outros ainda mais latos, é precisamente a DIVERSIDADE Lingüística o objeto de estudo da Sociolingüística. (BRIGHT, 1974, p. 19)

Na opinião de Vandresen (1974), o florescimento da Sociolingüística tem quatro causas evidentes: a preocupação com as minorias; o surgimento de nações independentes na África e Ásia; o problema de ensino da língua nacional e a possibilidade de achar bases sólidas para a teoria lingüística; a convicção de que os fatores sociais que influenciam a língua são assuntos legítimos de investigação lingüística.

Labov (1974), ainda na década de 1960, foi quem primeiro demonstrou a possibilidade da variação lingüística ser objeto de sistematização. Ao pesquisar o inglês falado na ilha de Martha’s Vineyard, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, pela primeira vez conseguiu destacar o papel preponderante dos fatores sociais na explicação da variação lingüística. Nesse texto, o autor relaciona fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica ao comportamento manifesto dos vineyardenses, mais concretamente à pronúncia de determinados fones do Inglês (ALKMIM, 2003, p. 30).

Intensificando suas investigações, Labov (1972a), com a pesquisa sobre a estratificação social do inglês em New York, conseguiu estabelecer um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no contexto social de comunidades urbanas. Nesse estudo, Labov (1972a) mostrou, por exemplo, que o uso do –r pós-vocálico servia para fazer distinções e julgamentos acerca do status social dos falantes. Em New York, deixar de pronunciar o –r e substituí-lo por um alongamento da vogal anterior era considerado sinal de baixo status social. Por outro lado, a partir da quantificação do uso de tal variante era possível perceber a classificação social do falante. Das pesquisas de Labov nascerá a corrente conhecida pelo nome de lingüística variacionista (CALVET, 2002, p. 33), de grande impacto na Lingüística contemporânea (ALKMIM, 2003, p. 30). A partir dos pressupostos labovianos três mitos passaram a ser questionados e contestados cientificamente: o da

homogeneidade da língua, o da impossibilidade de sistematização das variedades e o da deformação (corrupção) da língua-padrão.

As discussões iniciadas por Bakhtin (1995), apesar de, num primeiro momento, não apresentarem significativos resultados, por razões político-econômicas, continuaram ecoando em diversas abordagens de análises sociolingüísticas com fortes repercussões nos Estados Unidos e no Brasil em estudos da vertente qualitativa da Sociolingüística, cujo enfoque não está na língua como sistema, mas na relação dos sujeitos com a linguagem. Ou seja, a vertente quantitativa, apesar de levar em consideração os aspectos culturais e sociais para suas análises, tem em foco a língua, buscando sistematizar, através de mecanismos científicos, o que outrora era considerado erro, desvio ou corrupção da língua. Para a vertente qualitativa, o foco não é somente a língua, mas os sujeitos que dela fazem uso e as atitudes destes em relação às suas próprias variedades de línguas e a dos seus pares. Isto é: o comportamento sociolingüístico dos sujeitos. Com efeito, como nos ensina Calvet (2002), *“existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que a utilizam que torna superficial a análise da língua como simples instrumento de comunicação.”* (CALVET, 2002, p. 65). Será essa vertente da Sociolingüística que se ocupará de desvendar os preconceitos raciais e sociais, os estereótipos lingüísticos, o comportamento social dos falantes em relação à própria língua e a de seus pares, os efeitos que a norma pode provocar nos indivíduos e os efeitos sociais dos discursos. Enquanto a Sociolingüística Variacionista Quantitativa ocupa-se em desvendar como a heterogeneidade se organiza e de que modo a variação é regulada, especificamente, a Sociolingüística Qualitativa tem por objetivo investigar o caráter social e a função social da linguagem, bem como as suas respectivas repercussões no comportamento dos indivíduos.

### **A Sociolingüística no Brasil**

Atribui-se a Mattoso Câmara Jr, ex-aluno de Roman Jakobson nos EUA, a sistematização da Lingüística Moderna no Brasil. Seus primeiros artigos, publicados no Correio da Manhã, datam de 1934 (UCHOA, 2004, p. 01). Câmara Jr ministrou o primeiro curso de Lingüística do Brasil, na Universidade do Distrito Federal (1938 e 1939) e, depois, na Universidade do Brasil, a partir de 1938 (VANDRESEN, 2001, p. 02). Das reflexões desses cursos surgiu, em 1942, o primeiro manual de Lingüística do Brasil: *Princípios de Lingüística Geral*. De acordo com Uchoa (2004), o discurso de Câmara Jr. sobre Linguagem contrastava-se nitidamente com o discurso filológico vigente na época, que privilegiava os estudos diacrônicos e os estudos que tinham como objetivo documentar e analisar a língua literária portuguesa, compreendido entre os séculos XVI e XX. Além disso, Câmara Jr. distinguia-se dos seus contemporâneos por divulgar, no Brasil, um novo referencial teórico: o estruturalismo. A esse respeito Uchoa (2004) é bastante esclarecedor ao concluir que:

O lingüista brasileiro se apresentava, por ocasião da primeira edição de *Princípios* e no decorrer de 40 e 50 como representante isolado, no Brasil e em Portugal, do discurso estruturalista, opondo-se deste modo ao discurso dominante dos filólogos, de orientação atomista, quer no estudo da língua, sobretudo a literária, quer no estudo diacrônico do vernáculo. (UCHOA, 2004, p. 03)

Vandresen (2001) ao analisar o processo de sistematização da Lingüística Moderna nos chama a atenção para mais três experiências significativas em relação à Lingüística no Brasil: a atuação de lingüistas estrangeiros do SIL (*Summer Institute of Linguistics*), que começaram a atuar na pesquisa de línguas indígenas a partir de 1956, em convênio com a Divisão de Antropologia do Museu Nacional; a disciplina Lingüística ministrada pelo professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, na Universidade Federal do Paraná, nos anos de 1960 e 1961; e o trabalho de Valmir Chagas em relação ao ensino de língua estrangeira, apresentado na obra *Didática especial de línguas modernas*, publicada em 1957, com análise de métodos de ensino com base Lingüística.

Parece-nos bastante acertado pensar que esses primeiros momentos da Lingüística no Brasil, dadas a competência e a seriedade com que foi desenvolvida, se não foram suficientes para desencadear, em duas décadas, a implantação da disciplina em cursos superiores, serviram para convencer o Conselho Nacional de Educação para, através de resolução e tomadas de atitudes, fazer da Lingüística disciplina obrigatória nos cursos de Letras a partir de 1961. Todavia, oficializar uma disciplina como a Lingüística, significava, a nosso ver, mexer com a visão de língua(agem) até então vigente no país, fundamentada nos preceitos da gramática normativa. Isso, notadamente, não seria absorvido pela academia sem resistências, como tudo o que se refere a concepções de linguagem.

Com relação aos aspectos da expansão da Sociolingüística, no Brasil, acreditamos ser pertinente fazer menção as duas obras que serviram de bases iniciais para as pesquisas sobre a linguagem em seu contexto social: A antologia de artigos clássicos denominada *Sociolingüística* organizada por FONSECA, M. S. e NEVES, M.F (1974) e *A pesquisa Sociolingüística* de TARALLO (1985). O primeiro trouxe textos de grande impacto teórico que acreditamos ter contribuído para fundamentar as primeiras pesquisas Sociolingüísticas no país. O segundo desencadeou, ao longo dos anos 1980, de acordo com MATTOS & SILVA (1999), uma nova e renovada orientação de pesquisa sociolingüística centrada, sobretudo, na sintaxe brasileira, com fundamentação teórica na Sociolingüística Laboviana.

Os dados brevemente citados anteriormente nos permitem afirmar que, de maneira generalizada pode-se dizer que, no Brasil, a Sociolingüística tem se desenvolvido em três frentes complementares:

a) Sociolingüística Quantitativa: que colabora na sistematização das variedades lingüísticas (rural, urbano e de manifestações regionais) documentando e descrevendo o uso do português falado no Brasil em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares, cientificamente classificada como variação diatópica ou geográfica.

b) Sociolingüística Qualitativa: responsável por desvendar os preconceitos e os estereótipos que cerceiam o comportamento social em relação à língua e as motivações ideológicas para os respectivos usos e não-usos manifestos nos discursos dos falantes.

c) Sociolingüística Educacional: que se dedica aos aspectos de ensino-aprendizagem da Língua Materna opondo-se de forma sistemática à teoria da deficiência cultural.

Os primeiros projetos sociolingüísticos brasileiros, segundo MATTOS & SILVA (1999), foram iniciados no Rio de Janeiro, sob orientação de Anthony Naro, primeiro sobre o *corpus* do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), depois sobre *corpora* preparados para a pesquisa Sociolingüística como, por exemplo, o *Censo Sociolingüístico do Rio de Janeiro*. Esses projetos da Lingüística brasileira têm uma ligação estreita com o processo de democratização do ensino e ampliação de vagas nas escolas públicas do Brasil.

A repetência de um número considerável de alunos de camadas populares provocou uma série de discussões entre educadores, gerando um conjunto de explicações que ficaram conhecidas como “*teoria da deficiência cultural*”. Segundo essa teoria, o baixo aproveitamento dos alunos das classes populares vinculava-se aos atrasos no desenvolvimento psicomotor, perceptivo, lingüístico, cognitivo e afetivo. Ou seja, a pobreza era responsável pelo fato da criança não conseguir aprender. “*Em síntese: para a teoria da carência cultural, crianças das camadas populares, ao contrário das classes favorecidas, apresentam um déficit lingüístico, resultado da privação lingüística de que são vítimas no contexto cultural que vivem (...)*” (SOARES, 2002, p. 21).

Esse ambiente revelou-se fértil para se trabalhar e aplicar os conceitos da Sociolingüística, principalmente, os postulados da Sociolingüística Laboviana. Assim, irão se iniciar de forma sistemática estudos do português falado no Brasil. Desde a publicação, em 1963, do *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* (1963). a Sociolingüística vem colaborando na inclusão sistemática de informantes dos dois sexos/gêneros, a de duas faixas etárias –

uma mais jovem e outra mais idosa – e, nas capitais, a inclusão de informantes de dois níveis de escolaridade: o básico e o superior (AGUILERA, 2006, p. 232). De acordo com MATTOS & SILVA (1999), dentro do quadro teórico da Sociolingüística Laboviana alguns estudiosos da variação sincrônica do português brasileiro, para responder à questão teórico-metodológica – *mudança em curso* ou *variação estável* – têm-se voltado para dados de *tempo real*, pesquisando em fontes do passado do português ou das línguas Africanas. Esse recurso é utilizado para explicar tendência de mudança da língua normalmente encarada como deficiência ou incapacidade do falante em usar determinada forma, tida como correta, naquele momento. É nesse enquadramento teórico-metodológico da Sociolingüística Variacionista que o projeto *Vertentes do Português rural da Bahia*, coordenado por Dante Lucchesi, no Departamento de Letras Vernáculas, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBa), visa estudar a realidade atual dos falares rurais do Estado da Bahia, buscando lançar luzes sobre os processos que constituem a história sociolingüística desses falares, particularmente os processos derivados do contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e Africanas, que marcam a formação da realidade lingüística brasileira (Vertentes/UFBa). A constituição do acervo de *Fala Vernácula do Português Rural do Estado da Bahia* será fundamental para se traçar o primeiro panorama sociolingüístico do português rural no Brasil (Vertentes/UFBa).

Os conhecimentos produzidos pela Sociolingüística passaram a influenciar as concepções de ensino de língua no Brasil. Através de seus estudos e pesquisas, a Sociolingüística chama a atenção, por exemplo, para a construção histórica da norma-padrão-escrita como um instrumento político e um produto cultural excludente e repressor, apontando o desprezo pela língua falada e a supervalorização da língua escrita pela escola, além, evidentemente, de tratar da variação lingüística, mostrando alguns enganos e erros recorrentes no ensino. As abordagens sociolingüísticas que se relacionam com o ensino recebem, no meio acadêmico, a denominação de Sociolingüística Educacional.

A Sociolinguística Educacional tem-se debruçado em atividades que se contrapõem à herança gramaticalista brasileira de ensino de língua materna. Para além da discussão dos métodos de alfabetização, os pesquisadores (SOARES, 1988; GERALDI, 1985, 1998; POSSENTI, 1988, PERINI, 1985, ILARI, 1985, GNERRE, 1987, BORTONI-RICARDO, 2005, PESSOA, 2005/2007/2008 entre outros) ocupam-se com os reais problemas do aprendizado da leitura e da escrita, buscando, através das investigações sociolinguísticas, meios e recursos necessários ao processo de ensino aprendizagem. Os pesquisadores também se dedicam em apresentar alternativas pedagógicas para a luta contra qualquer meio de discriminação através da linguagem, questionando o papel da escola como reprodutora da estrutura social e o papel do professor como utilizador de violência simbólica ao impor uma norma relacionada aos dialetos das classes dominantes, ao mesmo tempo em que essa escola promove um silenciamento das demais variedades utilizadas pelos alunos.

Nas últimas décadas, os pressupostos da Sociolinguística ultrapassaram o ambiente acadêmico dos Cursos de Letras, influenciando, inclusive, documentos oficiais do MEC, em especial os PCNs, como podemos observar:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BRASIL/PCNs, 1998, p. 26)

Nesse sentido, chama-nos a atenção os debates sobre método de alfabetização, especificamente o silábico-alfabético X ‘construtivismo’, que têm ocupado o cenário educacional nos últimos anos e faz parte de discussões no ambiente escolar. As discussões, de caráter teórico, têm se eximido de tratar



assuntos que julgamos ser relevantes para o ensino, tais como: concepção de linguagem, aspectos ideológicos que envolvem o processo de ensino aprendizagem, os mecanismos de interação verbal, os valores atribuídos às variedades e os preconceitos sócio-lingüístico-culturais; temas estes que, pelo menos em teoria, deveriam fazer parte das fundamentações teórico-metodológicas para as reflexões sobre a prática educativa, sobre as análises do material didático e, principalmente, sobre o planejamento das aulas.

Chegamos assim a paradoxo: de um lado, o MEC, órgão responsável pela educação no país, através dos parâmetros curriculares nacionais e nos seus documentos mais recentes, vem acatando como política as bandeiras da Sociolingüística para o ensino da Língua Materna. Isto é, tem mostrado uma grande sensibilidade para o estudo da língua portuguesa mais ligado à realidade Lingüística do país. De outro lado, os professores, principalmente, os das séries finais do Ensino Fundamental, que seguem em sala de aula trabalhando com uma concepção de ensino de língua ainda presa aos modelos normativos.

A Sociolingüística, por um lado, coloca em confronto diversos conceitos sobre os quais se fundamenta toda uma tradição de política realizada no país e transmitida na escola, que nos faz acreditar que a unidade lingüística nacional se consolidou de uma maneira natural, a partir da miscigenação das três raças, transformando-nos em um povo homogêneo com uma incrível capacidade de falar uma única variedade de Língua Portuguesa. Por outro lado, além de estabelecer um panorama atual da realidade socio-lingüística-cultural do Brasil, de maneira geral, a Sociolingüística permite ampliar o conhecimento acerca da formação sócio-histórica brasileira, servindo de base para o planejamento do ensino da Língua Portuguesa no país e contribuindo para a elaboração de Políticas Públicas capazes de promover o reconhecimento da diversidade cultural e lingüística, bem como o respeito à diferença. É pela Sociolingüística que aprendemos a classificar o preconceito lingüístico como “*máscara para os demais preconceitos*” (PESSOA, 2006, p. 9).

A opção da escola de exigir uma determinada variedade lingüística, portanto, implica numa opção política que envolve outros elementos históricos, sócio-econômicos e culturais, utilizados com o propósito de justificar e reforçar os privilégios dos grupos sociais dominantes. A prescrição sociolingüística do respeito às variedades lingüísticas e seus falantes como sujeitos do processo educacional, diante disso, coloca-se numa dimensão complexa, pois se fundamenta em princípios teóricos e políticos que operam na contramão da idéia da homogeneidade cultural e lingüística, propondo que o respeito à diversidade seja um elemento necessário à prática de uma educação democrática. Nosso entendimento é que essa perspectiva extrapola a dimensão curricular formal, obrigando-nos a repensar nossas posturas, nossa visão de mundo, nossos conceitos de verdade sobre língua/linguagem e sua história de ensino no Brasil.

### **Considerações Finais**

Aceitar a diferença, a diversidade ou a mudança Lingüística como válidas é aceitar que não se pode controlar o processo de mudança e variação de uma língua; é aceitar que se perdeu, ou se está perdendo um controle unificador que é exercido, via escola, por meio da língua e dos estereótipos a ela associados, criados e recriados com fins específicos de fazer valer o princípio da distinção social via uso da linguagem. Assim sendo, coloca-se em cheque diversos conceitos sobre os quais se fundamentam toda uma tradição de política realizada no país e transmitida na escola que nos faz acreditar que a unidade Lingüística nacional se consolidou de uma maneira natural, a partir da miscigenação das três raças, transformando-nos em um povo homogêneo com uma incrível capacidade de falar uma única variedade de língua portuguesa. Para uma melhor compreensão, parafraseando Mendonça (2006), a visão de linguagem aberta às diferenças, a valorização da cultura popular, do saber popular, dos dialetos não-padrão, das línguas minoritárias, todas bandeiras da

Sociolingüística, estão em confronto com o modelo político-ideológico vigente na sociedade que atinge a todos, inclusive pesquisadores e professores em geral, fazendo pensar o ensino da língua como sendo, o ensino de gramática normativa e, ensino de gramática esta que se resume em “ensinar” ortografia. E isso não é “mérito” dos professores de professores ditos tradicionais. Muitos professores universitários, temos observado, com raras exceções, quando fazem a análise de um trabalho escrito, concentram-se em fazer a correção da ortografia do que em verificar a qualidade do assunto apresentado no texto.

O desafio da Sociolingüística se apresenta muito maior do que a primeira vista pode se supor. Não basta mostrar que determinada forma é tão boa quanto a outra aceita socialmente, não é suficiente desvendar o que há por trás das concepções de língua e como elas afetam o processo de ensino aprendizagem. Exige-se um trabalho árduo de desconstrução de estereótipos e preconceitos que não se concretizará se não houver uma interferência no modelo ideológico implantado nos nossos sistemas de ensino. Em outras palavras: é preciso que se ataque o problema na sua origem – o preconceito racial e social. Aí está, em nossa visão, o grande desafio da Sociolingüística atualmente.

#### Referências Bibliográficas:

AGUILERA, V. A. *A Geolingüística no Brasil: estágio atual*. In: Estudos sociolingüísticos: as quatro vertentes do GT da ANPOLL. Jânia M. Ramos. (Org.). Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, v. 1, p. 158-176.

ALKMIN, Tânia. *Língua e discriminação*. In: GTM – Jornal do Grupo de Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro, Ano 17, n.º 43, dezembro de 2002.

ALKMIN, Tânia. *Sociolingüística. (parte I)* In: MUSSALIM F. & BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*, V. 2- 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. HUCITEC. 7ª ed. São Paulo: 1995.

BIZZOCCHI, Aldo. *O Fantástico Mundo da Linguagem*. *Ciência Hoje*. Vol. 28. nº 164, p. 38 a 45



BRASIL. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental – Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRIGHT, W. *As dimensões da sociolinguística*. In: FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

CALVET, Jean. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. Parábola. São Paulo, 2002.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Historia da lingüística*. 4.ed. Petropolis: Vozes, 1986.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In.: MUSSALIN, F. e BENTES, Anna C. (orgs.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 27 a 52

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *Caracterização Lingüística de Cartas Oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. UFPE. Recife, 2003.

LABOV, W. (1972). The social stratification of (r ) in New York City. *Sociolinguistic patterns*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 43-69

LABOV, W. Estágios na Aquisição do Inglês Standard. In: FONSECA, M. S. V; NEVES, M.F. (Org.) *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LABOV, W. *Language in the Inner City Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia University of Pennsylvania Press. 1972a.

LABOV, W. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington D.C. Center Of Applied Linguistic. 1966a

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Orientações Atuais da Lingüística Histórica Brasileira. D.E.L.T.A., Vol. 15, N.º Especial, 1999 (147-166)

MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua: a Lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI*. Tese de Doutorado. Campinas, SP : [s.n.], 2006.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: *Introdução à linguística*. José Luiz Fiorin (org.) 4 ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO. Ana Paula Goulart. Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos de linguagem. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo – Volume XXVII, nº 1, janeiro/junho de 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad de A. Chelini , José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969

SOARES, Magda. *Linguagem e escola - uma perspectiva social*. 17ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2002, 85 páginas.

TARALO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

UCHOA, Carlos Eduardo Falcão. Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil. *DELTA*, 2004, vol.20, no.spe, p.1-8.

VANDRESEN, Paulino. Introdução. In: FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.